

# Banco Mundial será novo monitor

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

O Brasil trocou de monitor: em vez do Fundo Monetário Internacional (FMI) tem agora o Banco Mundial. Ou, mais exatamente, aceitou uma intensificação do monitoramento do Banco Mundial, em troca de um abrandamento no do FMI. Isso é o que pode ser interpretado nas informações divulgadas até agora sobre o acordo do País com os bancos credores, afirmou ontem, no Rio, o chefe do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, Paulo Nogueira Batista Júnior.

Ressaltanto que uma avaliação final só poderá ser feita após a divulgação do **term sheet** (último protocolo antes do contrato com os credores), ele disse que as informações preliminares dão conta de uma forte vinculação entre os desembolsos de recursos dos bancos credores aos desembolsos ou aprovações de empréstimos por parte do Banco Mundial, algo que não tem sido mencionado pelas autoridades do governo.

Para Paulo Nogueira Batista



20/2/88

Batista Jr: razões políticas

Júnior, que foi o principal assessor do ex-ministro Funaro (Fazenda) nos assuntos de dívida externa, isso significa um aumento da influência do Banco Mundial sobre a política econômica brasileira. Aparentemente, explicou ele, essa troca parcial de monitoramento tem razões políticas: o FMI tem um estigma político muito forte no Brasil, por causa de suas orientações recessivas e, assim, a substituição pelo Banco Mundial poderia ser saudada

como uma inovação favorável no acordo.

Para o economista, o problema principal do acordo do governo com os bancos credores é a maciça transferência de recursos para o Exterior que será feita nos próximos anos em relação a um volume muito pequeno de financiamento (US\$ 5,2 bilhões). O Brasil pagará não só a totalidade de juros com pouco financiamento (e na mesma taxa de juros estabelecida para outros países), como também parcelas crescentes do principal: em 1991, 5% do principal que vence no ano; em 1992, 10%; e em 1993, 15%. Essa substancial transferência para o Exterior, segundo ele, agrava os problemas de financiamento do setor público, porque exige superávits muito elevados na balança comercial que pressionam os agregados monetários e a dívida interna. Estes também serão pressionados pelos altos valores dos reemprestimos ou **relendings** (emprestimos feitos sobre a dívida depositada no Banco Central) — Cr\$ 100 milhões por mês até o fim deste ano, US\$ 1,5 bilhão em 89 e US\$ 1,55 bilhão em 90 — e pelo fim do deságio (desconto) na conversão da dívida para US\$ 1,8 bilhão.

Apesar de considerar o acordo atual mais avançado que o esboço feito no governo Figueiredo, Paulo Nogueira Batista Júnior disse que, à primeira vista, o do México parece melhor.